Estratégia
OAB

2º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO DO TRABALHO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estrategiaoab

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A Editora "Juridiquês" Ltda. foi notificada da Reclamação trabalhista proposta por Paulo Sousa, pelo rito ordinário, em 06/03/2020, perante a 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS.

O ex-empregado, representado por advogado particular, afirma ter sido admitido em 22/12/2017 para exercer a função de revisor jurídico, e dispensado, sem justa causa, em 10/01/2019, ocasião em que recebeu todas as verbas rescisórias.

A jornada de trabalho era realizada na sede da empresa em Porto Alegre/RS, de segunda à sexta-feira, das 09 às 17 horas, com uma hora de intervalo para refeição e descanso, e sábado das 07 às 11 horas, sem intervalo, percebendo mensalmente o importe de R$21.530,00.

Em sede de inicial trabalhista, o empregado alegou que desde a data de sua admissão recebia mensalmente uma cesta básica de seu empregador, conforme previsto em norma coletiva. Tal vantagem perdurou até o término da vigência da convenção coletiva de trabalho, 2017/2018, aplicável à categoria profissional de Paulo, não tendo ocorrido qualquer renovação, neste sentido.

Aduziu, ainda, que durante todo o pacto laboral, gastava duas horas diárias no trajeto de sua casa até a empresa, já que esta se encontrava em local de difícil acesso e sem transporte público.

Por fim, informa que foi pactuado por meio de acordo individual, com o empregador, a redução do intervalo intrajornada para 30 minutos diários, durante a semana, sem que houvesse a indenização do referido período suprimido.

Diante do acima exposto, postulou:

a) Incorporação do direito a cesta básica ao seu contrato de trabalho, por configurar direito adquirido;

b) Integração à jornada de trabalho do tempo despendido no percurso casa-trabalho e trabalho-casa para fins de pagamento como hora extra, com adicional de 50%, e reflexos;

c) Pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em 30% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença;

d) Indenização do intervalo suprimido com acréscimo de 50%; e

e) Indenização por danos morais.

Como advogado procurado pela empresa, redija a peça processual adequada, a fim de atender aos interesses de seu cliente, tendo ciência de que o empregado possui nível superior.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Estratégia Carreira Jurídica

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Estratégia Carreira Jurídica

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Estratégia Carreira Jurídica

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Estratégia Carreira Jurídica

QUESTÃO 1

Em reunião no escritório, Ferreira Sociedade de Advogados, a cliente Rosalina Lima apresenta alguns questionamentos sobre medidas que estão sendo adotadas por seu empregador.

Com efeito, Rosalina relatou que a contar do esgotamento da vigência da convenção coletiva de trabalho de sua categoria, a escola em que trabalha como professora deixou de fornecer plano de saúde e auxílio-creche.

Ademais, a partir de fevereiro de 2018, a empregadora tem convidado os professores a participarem de reuniões no sindicato para fins de assinarem um termo de quitação de verbas anual, o que tem gerado desconforto entre os trabalhadores.

Diante do caso apresentado, responda de maneira fundamentada:

a) É juridicamente válida a suspensão dos benefícios previstos em convenção coletiva, quando esgotado o prazo de vigência da convenção coletiva de trabalho? Justifique.

b) A prática de quitação de verbas para contratos vigentes possui respaldo legal? Quais os efeitos jurídicos gerados no contrato pelo termo de quitação? Justifique.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica

QUESTÃO 2

Mitto Jr. foi admitido pela empresa "Motores 24h" Ltda. para exercer a função de operador de máquinas. Desde o início de seu contrato de trabalho, o empregado era responsável por manusear uma máquina que emitia ruídos acima dos limites de tolerância fixados pelo Ministério do Trabalho.

Por tal razão, Mitto sempre recebeu adicional de insalubridade em grau médio (20%). Após cinco anos de labor, nestas condições, a empregadora optou por comprar novo maquinário para toda área fabril, com o objetivo de modernizar e dinamizar sua estrutura, aumentando, por consequência, a qualidade e quantidade de sua produção e, inclusive, sem houvesse qualquer tipo de emissão de ruído. Deste modo, a empresa "Motores 24h" Ltda. entendeu como correto o cessamento do pagamento de adicional de insalubridade a seus operadores de máquinas, e dentre estes, incluso, Mitto.

Diante dos fatos apresentados, responda às questões a seguir, de forma fundamentada:

a) A empresa agiu corretamente ao parar de pagar o adicional de insalubridade? Justifique.

b) A empresa poderia negociar com o sindicato o enquadramento do grau de insalubridade a ser pago ao empregado, ainda que de forma diversa ao estipulado pelo antigo Ministério do Trabalho? Justifique.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira Jurídica

QUESTÃO 3

Sandy foi admitida como empregada doméstica de Carmen Miranda em 16 de dezembro de 2017, para exercer jornada de trabalho das 8 às 16h30min, com 30 minutos de intervalo intrajornada, de terça a sábado, mediante contrato de trabalho escrito. Considerando as restrições financeiras de sua família, Carmen pretende substituir a viagem internacional de férias por um período em seu sítio e cogita solicitar que Sandy a acompanhe, neste interregno.

Considerando o caso hipotético apresentado, responda de maneira fundamentada:

a) O tempo de intervalo intrajornada da empregada doméstica está regular? Justifique.

b) Caso a empregada acompanhasse a família de sua empregadora em viagem, nesta situação, como ficaria a remuneração do tempo trabalhado? E nestas condições, é possível a pactuação de banco de horas por meio de acordo individual? Justifique.

Estratégia
Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica

QUESTÃO 4

Luís Paulo Silva, um ano e meio após ser dispensado, ajuizou ação trabalhista em face do empregador, pretendendo horas extras. No dia da audiência, ele, injustificadamente, não compareceu. Um ano depois dessa data, Luís Paulo ajuizou nova ação com pedido de horas extras e adicional de periculosidade.

A audiência foi designada para dois meses depois. Novamente, de forma injustificada, Luís Paulo não compareceu. Quinze dias após, ele ajuizou, mais uma vez, a mesma ação.

Diante disso, na qualidade de advogado(a) da ré, responda aos itens a seguir.

a) Além de apresentar defesa quanto ao mérito propriamente dito dos pedidos, o que você deverá alegar na melhor defesa de seu cliente? Justifique. b

b) Indique o fenômeno jurídico processual ocorrido a partir do arquivamento da segunda ação e esclareça se é possível o ajuizamento da terceira ação na forma realizada. Justifique.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica